

VAZIOS DEMOGRÁFICOS COMO RESULTADO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO CONCENTRADOR – UM ENSAIO SOBRE A MESOREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE

ROCHA, MÁRCIO MENDES *

RESUMO: O objetivo deste trabalho é verificar a relação entre dinâmica populacional e modelo de desenvolvimento na mesoregião Norte Central Paranaense. Este modelo foi implementado nesta região nos últimos 30 anos. A implantação deste modelo levou à formação de grandes vazios demográficos. Finalmente, é apresentado as possibilidades de reversão desta situação, levando em consideração as políticas governamentais, a consolidação da cidadania e um repensar das aptidões locais como forma de dinamização econômica.

PALAVRAS-CHAVE: modelo de desenvolvimento, modernização, vazios demográficos, dinâmica populacional, cidadania.

ABSTRACT: The goal of this paper is to verify the relationship among the population's dynamics and the development model in the central north area of Paraná state in Brazil. This model was implemented in that area in the last three decades. The historical conditions are presented for the implantation and development of the model, verifying the consequences in the space distribution of the population with the formation of great demographic emptiness. Finally, the possibility of reversion of this situation is discussed, considering the government's policies; the citizenship issues and, a rethink of the local functions.

KEYWORDS: development model; modernization; demographic emptiness; dynamics of the population; citizenship.

Introdução

Este ensaio tem como objetivo verificar a relação que se estabelece entre a dinâmica populacional e o modelo de desenvolvimento empreendido na mesoregião norte central paranaense nos últimos 30 anos e apresentar alguns pontos a serem verificados para a reversão de uma situação vista como problemática

A questão proposta neste ensaio é de verificar as conseqüências do processo de modernização no final da década de 90, na distribuição regional da população.

O caráter concentrador do modelo econômico introduzido na região já foi analisado em Moro (1995), Kohlhepp (1991), Benaduce (1992), entre outros.

Alguns caminhos podem ser traçados para explicar este processo. A produção mecanizada reduz a força de trabalho e estrutura uma produção em grande escala, que na agroindústria quer dizer grandes propriedades.

É certo que a produção agro-industrial, não requer grandes contingentes de mão-de-obra. Este fato incide na dinâmica e organização das populações. O mercado, a oferta de produtos, o estímulo ao consumo, são aspectos que, entre outros, devemos considerar quando se investiga os fluxos de população do campo para a cidade.

* Docente do departamento de Geografia. Doutor em Geografia Humana. ENDEREÇO: Universidade Estadual de Maringá – Departamento de Geografia – Av. Colombo, 5790 CEP. 87020-900 – Maringá – Paraná – Brasil – E. mail : mmrocha@wnet.com.br

A questão da distribuição desigual das populações, diz respeito, fundamentalmente à questão urbana.

Na região em estudo, os municípios de pequeno porte, a maior parte deles apresentam taxas de evasão populacional, enquanto que um pequeno número de cidades apresentam taxas positivas de crescimento populacional. Dos 64 municípios do Norte Central Paranaense, apenas 9 (14,1%) apresentaram crescimento populacional nos últimos 30 anos, sendo o maior crescimento o da cidade de Cambé.¹

Depois de quase 30 anos de aplicação de um modelo de desenvolvimento fundado em uma agricultura mecanizada, visando uma produção em escala, portanto, de grande porte, capitalizada e atrelada ao capital financeiro, temos hoje, como resultado uma paisagem de grandes propriedades sem população. A pequena propriedade policultora, desaparece do cenário. Ocorre um forte processo de distribuição heterogênea das populações. Apenas 6,2% dos municípios da Mesoregião Norte Central Paranaense concentram 54,7% da população total da mesoregião em questão. No caso da região em estudo as populações se concentram em metrópoles regionais que, começam a sentir as conseqüências do fluxo de população que aumenta ano a ano. Este desequilíbrio traz dificuldades para a gestão e planejamento do território.

Partiremos para uma breve avaliação histórica do processo de colonização, até o momento da modernização agrícola, avaliando, então as decorrências deste projeto de desenvolvimento na distribuição da população.

As aptidões iniciais e a implantação de um modelo

A região norte central paranaense é uma região de recente colonização. Com exceção de algumas incursões de mineiros e paulistas no século XIX, a partir da colônia militar de Jataí² (fundada em 1855), à margem direita do Rio Tibaji, e algumas fazendas isoladas, o momento efetivo de colonização se dá com o projeto de colonização inglês³. A situação conjuntural propícia para o plantio no estado e na região, dinamiza efetivamente a produção agrícola, forjando um forte crescimento econômico. Na década de 50 o Paraná se tornara o mais importante produtor de café do Brasil, como atesta Kohlhepp (1991).

Pequenos produtores que passaram da cafeicultura para a agricultura associada se descapitalizaram, em Moro (1995), temos uma análise detalhada desse processo. Na década de 70 observa-se na região um forte crescimento social e econômico. O

1 Estes dados foram compilados no projeto "A retenção de população em cidades periféricas: a produção; o trabalho; escola; moradia e turismo. - a região norte paranaense em questão", coordenado por Márcio Mendes Rocha e desenvolvido pelo NEMO - Núcleo de Estudos de Mobilidade - DGE - UEM.

2 A colônia era um posto militar avançado que tinha por função estabelecer ligação com Mato Grosso. Do outro lado do Rio Tibaji, foi constituída a colônia de São Pedro de Alcantara, destinada a congregar os elementos civis da população e que unida a Jataí, constitui hoje a cidade de Jataizinho, ver ROCHA (1999).

3 Em 1923, a convite do então Presidente da República Arthur da Silva Bernardes, veio ao Brasil um grupo econômico inglês, com a finalidade de conhecer nossas possibilidades. A missão foi liderada por Lord Montagu, que trouxe consigo, como assessor, o perito em agricultura e reflorestamento Simon Joseph Fraser, Lord Lovat, com grande experiência no trato com a terra na África. Constituiu-se, neste momento, a **Paraná Plantation Ltda.** A empresa veio para a plantação de algodão, porém o plano não obteve sucesso devido ao baixo preço do produto e também à inadequabilidade das sementes para o plantio no oeste paulista e norte paranaense. Houve então um redimensionamento dos investimentos, voltados agora para o setor imobiliário em grande escala. Nesta nova fase, foi criada uma empresa de capital misto denominada de **Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP.**

resultado é, de fato, a diversificação da produção regional, com a erradicação de milhões de pés de café, a introdução da pecuária, do binômio soja-trigo e a agroindústria de transformação. Esta fase demarcou uma efetiva restrição do espaço produzido aos agricultores não capitalizados. O acesso ao financiamento para a produção era dado aos produtores capitalizados, para a segurança dos bancos financiadores, estas transformações estabeleceram um processo de concentração fundiária no Estado do Paraná como um todo, ocorrendo de forma menos acentuada no norte paranaense, esta restrição é demarcada em artigo produzido pelo GERE (Grupo Pluridisciplinar de Estudos Regionais) e apresentado no XI Congresso de Geografia Agrária, como segue:

" Toda esta situação produziu uma utilização do pacote tecnológico restrita aos agricultores capitalizados que hegemonizaram o processo produtivo, imprimindo uma transformação irreversível na base técnica da agricultura. Essa alteração do processo produtivo apresentou reflexos territoriais, ocorrendo em muitas regiões uma concentração fundiária, devido principalmente ao fato de que o pequeno proprietário rural, não apresentando condições de modernizar a produção agrícola, se vê obrigado a vender suas terras. Neste sentido, o capital financeiro se beneficia dessa situação porque muitos terras são confiscadas pelos bancos para o pagamento de dívidas de empréstimos. No contexto paranaense esse processo ocorre de forma menos acentuada se comparado com outras regiões brasileiras." (ROCHA, 1992a: 730)

A estrutura produtiva regional passa a incorporar os interesses do capital industrial multinacional e nacional.

A DISTRIBUIÇÃO HETEROGÊNEA DA POPULAÇÃO NA REGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE

A questão que se propõe neste item é estabelecer o nexo entre as diretrizes de desenvolvimento implantadas no norte central paranaense e a mobilidade humana ocorrida.

Quando se verifica a mobilidade centrada no trabalho, decorrente da consolidação de um mercado de trabalho advindo da nova feição produtiva de uma agricultura moderna e redutora de mão-de-obra implantada na região, explica-se, de certa forma, os fluxos de pessoas para as cidades. Uma força de trabalho que destituída dos meios de produção se tornam força de trabalho assalariada.

O motivo dos deslocamentos foi, de certa forma, evidenciado em pesquisa recente desenvolvida por ROCHA (1999). Nas entrevistas feitas nos quatro municípios polarizadores da região em estudo (Maringá, Londrina, Apucarana e Cambé), quando perguntado os motivos por que se deslocaram, os indivíduos fundamentaram suas respostas em, basicamente: necessidade de emprego e educação para os filhos.

O que se evidencia é mais, a não oferta de condições de trabalho e qualidade de vida nos municípios de menor porte, do que a oferta de condições nos núcleos regionais. Muitos entrevistados gostariam de retornar para o campo, mas não o fazem fundamentalmente pela falta de perspectiva para o trabalho, para a moradia para o consumo e para a educação.

Quando perguntado sobre o motivo de mudanças de cidade aparece de forma representativa a resposta "*desemprego*". Aqui vemos que a mobilidade física está atrelada às condições de reprodução do capital, ou seja, a submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, estabelecendo um deslocamento físico e funcional.

Grande parte dos indivíduos vieram de cidades menores em busca de melhores condições de vida. Para muitos, a decisão de se deslocar foi tomada pelos seus pais e também por avós. A indicação de parentes e amigos também foi um estímulo para a escolha da cidade. Os motivos das migrações vinculam-se fortemente ao processo de colonização norte paranaense, a procura por lavouras de café como motivo de migração,

aparece de forma relevante nas entrevistas. A maioria dos entrevistados saíram do campo e foram para a cidade na busca de melhores condições. *O trabalho é a espinha dorsal das motivações.*

A instabilidade do emprego rural aparece como fator motivacional. Uma resposta significativa foi "*desloca-se porque vence o contrato de trabalho*".

A dimensão compulsória da mobilidade é forte indicador. Além da expulsão dos pequenos proprietários do campo, constituindo um forte contingente de força de trabalho que se deslocam para os espaços urbanos, verifica-se hoje, o crescimento do trabalhador rural assalariado, numa expressiva situação de instabilidade e desemprego. Reproduz-se uma *mobilidade forçada*, determinada em última instância pela luta de classe e pela exploração capitalista do trabalho.

Quanto à perspectiva de retorno a seus lugares de origem, parte dos indivíduos que gostariam de retornar não o fazem por causa dos filhos (normalmente devido aos estudos). Mas a grande maioria não deseja voltar. Os que vieram para a cidade, quando o fizeram já não detinham a posse da terra.

A estrutura agrária da região, em estudo, é formada de grandes e médios proprietários, que desenvolvem uma produção mecanizada numa área de baixa densidade populacional. No que tange ao espaço urbano produzido, evidencia-se a polarização de populações em uma pequena porcentagem de municípios na região. Embora os municípios de maior densidade populacional sejam os de maior área na região, constata-se uma relação direta entre tamanho de população e densidade populacional. Constata-se o estabelecimento de dois núcleos dinâmicos fundamentais na região, as cidades de Londrina e Maringá, que formam uma zona de influência, polarizando capital e força de trabalho. Cidades periféricas, próximas a estes dois pólos conformam, hoje reservatórios de mão-de-obra desqualificada que busca nas cidades pólos um emprego sazonal e precário. No caso de Maringá, os municípios de Sarandi e Paçandu reproduzem um processo de extratificação territorial diferencial⁴ e de maneira análoga, no caso de Londrina, os municípios de Cambé, Jataizinho e Ibiporã cumprem, de certa forma a mesma função.

Estas questões colocadas pela população desta região levou a uma reflexão sobre quais os aspectos que poderiam contribuir para a reversão deste quadro.

A possível reversão de uma situação

Algumas questões devem ser colocadas. As aptidões dos municípios devem ser repensadas? Quais seriam, então, os aspectos relevantes que intervêm nesta questão. O político, e a operacionalização deste, a política, por certo deve ser verificada. O modelo de desenvolvimento econômico (modernização agro-industrial, no caso do norte paranaense) é operacionalizado pelas políticas econômicas e pelos seus agentes, eleitos em conformidade com as conjunturas historicamente determinadas. Isso irá consolidar uma cultura política nestas cidades, responsável, em última instância, pelas condições sócio/econômicas observadas hoje. Este aspecto deve ser levado em consideração.

A questão da cidadania é outro aspecto a considerar. Os pontos que tocam esta questão são: educação, legislação e gestão democrática. Quando se pensa em educação para a cidadania esta deve ser vista como a base que se constrói na escola, sobre os

⁴ A noção de estratificação territorial diferencial diz respeito à formação de estratos territoriais produzidos de forma desigual pelo capital. O processo de concentração/centralização do capital se reproduz de forma diferenciada no território. Capitais de maior magnitude estabelecem as hierarquias do uso do solo. A renda do solo urbano irá refletir a diferença de distribuição de riqueza, construindo uma paisagem com elementos diferenciados como no caso em questão, metrópoles regionais e cidades dormitórios em processo de conurbação de suas periferias urbanas.

valores locais, as particularidades e a dimensão de sua inserção numa sociedade mais ampla. A formação do cidadão para o desenvolvimento de seu território. Esta perspectiva se enseja numa estratégia de ação, portanto, é política. A cidadania se conquista com luta. A sua negação alimenta a reprodução das relações dissimétricas na sociedade como nos ensina Raffestin (1993). Em sociedades desiguais, como a brasileira, o contrato social não é estabelecido e nunca o foi a meu ver. A ética do Estado apresenta o seu limite na perda de sua hegemonia. A consciência de classe, apesar das dificuldades que encontramos hoje para vislumbrá-las, é o caminho para o estabelecimento da cidadania. As formas de conquista desse consciência está, entre outros territórios, na escola.

O domínio do conhecimento da realidade veiculado de forma homogênea e hegemônica por um Estado centralizador das ações e desvinculados das especificidades locais, reproduz formas de conhecimento descoladas da realidade vivida pelos alunos. Faz-se necessária a aplicação de um modelo pedagógico que instrumentalize o indivíduo a partir de seu contexto espaço/temporal. Neste sentido a construção de uma observação crítica da realidade possibilita uma avaliação mais coerente das contradições sociais historicamente determinadas. A partir destas condições um repensar das aptidões municipais, e um refletir sobre o (não)desenvolvimento e sobre o próprio sentido deste termo, se tornam possíveis.

A observância das leis, a consciência de sua existência e a luta pela sua aplicação é outro aspecto a se considerar quando se busca uma autonomia local e a conseqüente dinamização sócio/econômica. A regulação econômica de forma descentralizada e institucionalizada⁵, possibilita uma ação mais contextualizada nas demandas locais. Segundo Rezende (1995) "O grande desafio consiste em conciliar o máximo de descentralização com uma adequada capacidade de redução das desigualdades regionais". No entanto, a racionalidade técnica necessária para se gerir a administração estatal, esbarra na questão da qualidade da gestão política dos recursos. O nepotismo, o corporativismo e a corrupção tornam distantes o contribuinte e a gestão estatal. Neste sentido Rezende (1995) enfatiza a co-responsabilidade para uma gestão mais eficiente e democrática.

"O contribuinte responsável requer um governo mais do que responsável. A responsabilidade do governo está em prover os serviços dele demandados pela coletividade ao menor custo possível para os padrões de qualidade exigidos. A responsabilidade do contribuinte consiste em cumprir com as obrigações tributárias decorrentes dos financiamentos dos serviços prestados pelo governo em resposta às demandas da coletividade. A quebra desse vínculo de co-responsabilidade acarreta prejuízo para todos." (REZENDE, 1995: 14)

Neste ponto já estamos entrando na questão da *gestão do território*. A história nos mostra que ocorre uma forte dissociação entre as instâncias que formam o tecido sócio/espacial. Podemos definir três instâncias fundamentais: A gestão pública do território; a gestão privada do território e a gestão estatal do território. A experiência dos anos 90 nos mostra a constituição das organizações não governamentais como forma de gerir questões de diversas ordens para além do Estado, mostrando níveis de articulação no âmbito nacional, e mais significativamente no âmbito internacional. A dimensão pública destas organizações não pode ser generalizadas, as ONG's estabelecem as mais variadas articulações para os mais variados objetivos, é lícito dizer que muitas ONG's incidiram no social de forma contundente no sentido do favorecimento das demandas locais, novamente dizendo, para além do Estado. Outras

⁵ Neste sentido estamos considerando a questão federativa depois da promulgação da constituição de 1988 que efetivamente descentraliza as receitas para estados e municípios mas também descentraliza encargos.

organizações devem ser consideradas como as organizações de bairro, as sociedades amigos, etc. São formas organizativas legítimas, mas que na conjuntura atual vem sendo desarticuladas. No que concerne à gestão privada do território, as federação do comércio, federação das Indústrias, o SESC⁶ e o SENAI⁷ representam papel importante, mas insuficiente. A ação destas organizações em pequenas cidades é quase nula. A única forma institucional visível para a gestão privada do território em municípios mais periféricos são as Associações Comerciais e Industriais, que vivem com a estagnação de seus mercados em função da polarização de mercados maiores. Um exemplo claro é do município de Cambé que, mesmo estando entre os 4 maiores municípios do norte central paranaense, apresenta seu mercado estrangulado pelas estratégias monopolísticas do capital comercial alocado em Londrina, núcleo dinâmico da região.

Em síntese, a descaracterização cultural regida por uma estratégia de desenvolvimento voltada para um modelo agrário-exportador, incide na dinâmica populacional, estabelecendo um fluxo sem volta para as grandes cidades. Como consequência aparece as disfuncionalidades urbanas nestes centros, incapacitados de administrar seus espaços de forma democrática, e na outra ponta, pequenos municípios esvaziados de população e com suas economias estagnadas. O repensar, buscando as particularidades destes municípios, resgatando sua referência cultural se apresenta como uma possibilidade que deve ser tratada de forma política.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Olga Maria Schild. 1997. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias e contextos. In: Explorações geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand., p. 319-367.
- BENADUCE, et all. 1992. Considerações preliminares sobre a questão agrária na bacia do rio Ivaí - PR., como subsídio ao estudo Do meio ambiente. Maringá., XI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Vol I-B. pp. 723-747.
- DIAS, Raquel Pereira & MORO, Dalton Aureo. 1997. A mobilidade espacial da população paranaense nas décadas de 70 e 80. Uberlândia, Sociedade & Natureza, 9 Nº 17, jan/jul.
- IMPASSES E PERSPECTIVAS DA FEDERAÇÃO NO BRASIL - SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1995. São Paulo, Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP, Instituto de Economia do Setor Público - IESP..
- KOHLHEPP, G. 1991. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná - Brasil. Rev. Brasileira de geografia, Rio de Janeiro, 53 (2): 79-94.
- RAFFESTIN, Claude. 1993. Por uma geografia do poder. São Paulo, Ática, 269 p.
- REZENDE, Fernando. Descentralização e desenvolvimento.
- ROCHA, Marcio Mendes. 1992. Considerações preliminares sobre a questão agrária na bacia do rio Ivaí - PR. como subsídio ao estudo do meio ambiente In: XI Encontro Nacional de Geografia Agrária., Maringá.(a) Anais, V. I b. pp.723-747

⁶ Serviço Social do comércio

⁷ Serviço Nacional das Indústrias

SINGER, Paul. Et all. 1980. Migração interna – textos selecionados. Fortaleza, BNB.,

MORO, Dalton Aureo. 1995. Aspectos geográficos da modernização agrícola, no norte do Paraná. Boletim de Geografia. Maringá., Ano 13, Nº 1 out.. pp. 79-93

_____. 1998. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. Maringá, Boletim de Geografia. Ano 16 - Nº 1., pp. 1-55.

FRAGA, NILSON CÉSAR E KUEHLER, YERA BEATRIZ

RESUMO. O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica abrangente, que visou analisar os efeitos do Vale do Itaipu sobre o desenvolvimento socio-econômico da região, sob o aspecto tanto a respeito dos desenvolvimento e das ações governamentais, quanto do Vale do Itaipu em si, bem como, também, da atuação do Estado em termos migratórios, para que se possa perceber a natureza espacial desses efeitos, bem como, também, as possibilidades de atenuar os impactos negativos de tais efeitos no espaço urbano, através de medidas de planejamento urbano e de políticas de desenvolvimento. Os resultados da pesquisa são os seguintes:

PALAVRAS-CHAVE: Migração, Itaipu, desenvolvimento, Vale do Itaipu, Paraná.

LES INONDATIONS DANS LA VALLEE DE L'ITAIPU: SOUS-DEVELOPPEMENT ET CONTENTION. I. INDUSTRIE DES INONDATIONS. - *Revue Bibliographique*

RESUME. Cette recherche qui est le développement d'un thème de la recherche sur la Vallée de l'Itaipu. Elle a été effectuée dans le cadre de la recherche de l'Institut de Géographie de l'Université de Maringá, au Paraná. Elle vise à analyser les effets du barrage hydroélectrique de l'Itaipu sur le développement socio-économique de la région, sous l'aspect tant à l'égard du développement et des actions gouvernementales, que de l'Itaipu en soi, ainsi que, également, de l'intervention de l'Etat en matière migratoire, afin de percevoir la nature spatiale de ces effets, ainsi que, également, les possibilités de réduire les impacts négatifs de ces effets sur l'espace urbain, par le biais de mesures de planification urbaine et de politiques de développement. Les résultats de la recherche sont les suivants:

MOTS CLÉS. Inondations, Itaipu, développement, Vale de l'Itaipu, Paraná.

O presente artigo é produto do levantamento bibliográfico sobre a problemática das enchentes num contexto amplo, além de análises específicas no Vale do Itaipu, e do abordagem socio-econômicas desta região costeira.

As análises procedidas estão voltadas, num primeiro momento, aos aspectos socio-econômicos regionais e aos trabalhos científicos que abordam as enchentes sob breca hidrográfica do Itaipu. Num segundo momento, enfocamos os estudos sobre as enchentes no Estado de São Catarina, que trazem uma contribuição direta para a pesquisa em questão.

O trabalho em desenvolvimento, estuda as enchentes fazendo uma análise integrada entre os aspectos geográficos, históricos e econômicos da Vale do Itaipu, voltadas à implantação dos barragens, de obras obras de saneamento e das instalações no contexto das obras. Busca-se definir o discurso de "segurança", cristalizado pelos discursos institucionais, para impulsionar a criação das organizações comunitárias de emergência pública, durante o processo de implantação de obras de contenção de bacia do Itaipu. Acreditamos que tais obras não tem o poder de "acabar" com o fluxo das

Artigo de Fraga de Nilson César apresentado ao curso de Geografia em nível de Mestrado do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

Acadêmico do Curso de Pós-Graduação em Geografia, em nível de Mestrado-UEM.

N. Analise e-mail: 1178.41.7. up.24. Prazinópolis - SC 89633-001. fraga1@uem.br

Professora Orientadora.